

The background features several abstract blue line drawings. At the top, there are three separate curved lines, each with two solid blue dots. In the lower half, there are two larger circular motifs, each consisting of a solid blue dot surrounded by a dashed blue circle. A long, sweeping blue line curves across the middle of the page, passing behind the main text.

**A pesquisa e o ensino em
Arquivologia:**

**Perspectivas
na era digital**

Organizadores:

Thiago Henrique Bragato Barros

Roberto Lopes dos Santos Jr

Gilberto Gomes Cândido

THIAGO HENRIQUE BRAGATO BARROS
ROBERTO LOPES DOS SANTOS JUNIOR
GILBERTO GOMES CÂNDIDO
Organizadores

**A PESQUISA E O ENSINO EM ARQUIVOLOGIA: PERSPECTIVAS NA ERA
DIGITAL**



BELÉM, PA
2019

© 2019 A reprodução desse livro na íntegra ou em parte é permitida, desde que citados os créditos. Proibida a venda.

Comissão Organizadora

Thiago Henrique Bragato Barros (Presidente)
Robero Lopes dos Santos Jr
Gilberto Gomes Cândido

Presidente da Comissão Científica

Roberto Lopes dos Santos JR (UFPA)

Conselho Editorial/Comissão Científica

Alzira Sá (UFBA)	Paulo Roberto Elian dos Santos (FioCruz)
Ana Maria Camargo (USP)	Priscila Gomes (UNIRIO)
André Malverdes (UFES)	Renato de Mattos (UFF)
Angelica Marques (UNB)	Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UNB)
Anna Carla de Almeida Mariz (UNIRIO)	Telma Campanha Carvalho (UNESP)
Clarissa Moreira dos Santos Schimidt (UFF)	Thiago Henrique Bragato Barros (UFRGS)
Eliete Correia dos Santos (UEPB)	Welder Silva (UFMG)
Fernando de Assis Rodrigues (UFPA)	
Ivana Parrela (UFMG)	
Josemar Mello (UEPB)	
Luciana Heymann (FGV)	
Marcia Pazin (UNESP)	
Margarete Farias de Moares (UFES)	
Maria Teresa Navarro de Britto Matos (UFBA)	
Mariana Lousada (UNIRIO)	
Moises Rockembach (UFRGS)	
Natalia Tognoli (UFF)	

Coordenação Editorial: Thiago Henrique Bragato Barros, Glenda da Rocha Monteiro, Leticia Lima Sousa.

Capa: Máira Fernandes Alencar

Revisão textual: os autores

A pesquisa e o ensino da Arquivologia: perspectivas na era digital
/ [Organizado por] Thiago Henrique Bragato Barros, Roberto Lopes dos Santos Junior, Gilberto Gomes Cândido. – Belém: Ed. da UFPA, 2019.
324: il.

Livro eletrônico.
978-85-61214-37-1 ISBN

Conteúdo: **Eixo 1:** A pesquisa na Arquivologia no século vinte e um - **Eixo 2:** Tendências da preservação eletrônica e digital - **Eixo 3:** Gestão de documentos arquivísticos analógicos e digitais no âmbito público e privado – **Eixo 4:** Memória, Patrimônio e Usuários na Arquivologia contemporânea – **Eixo 5:** Questões contemporâneas de ensino na arquivologia brasileira.

1. Arquivologia 2. Documentos arquivísticos 3. Ensino de arquivologia I. Barros, Thiago Henrique Bragato, *org.* II. Santos Junior, Roberto Lopes, *org.* III. Cândido, Gilberto Gomes, *org.*

CDD – 020

Bibliotecária Leticia Lima de Sousa – CRB2-1549

PREFÁCIO

A Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), trata-se acima de tudo de um espaço de articulação científica, pedagógica e política da Arquivologia. Um espaço construído e conquistado por essa comunidade que, apresenta em sua sexta edição indícios de sua consolidação. Assim, desde seu primeiro encontro tem procurado, discutir, evidenciar e trabalhar os principais aspectos da pesquisa e do ensino em Arquivologia, mantendo em mais uma edição essa prática.

Nesse cenário, tem-se a realização do VI Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia na Universidade Federal do Pará, sob o tema “A pesquisa e o ensino em arquivologia: perspectivas na era digital” ocorrida em setembro de 2019, na cidade do Belém-PA, sendo o primeiro encontro de cunho acadêmico-científico realizado na região Norte do país na área de Arquivologia, o que representa um marco para área.

O tema concatenado pelos organizadores visou discutir perspectivas recentes da área digital no contexto do ensino e pesquisa, consolidando a Arquivologia em uma realidade focada em novos paradigmas informacionais e tecnológicos evidenciados em conceitos como “arquivística pós-custodial” e “Arquivística pós-moderna”, expandindo as visões gerenciais e históricas vigentes no campo desde a segunda metade do século vinte. Seja no âmbito teórico, profissional, mas, principalmente, no ensino e pesquisa, a Arquivologia busca novas metodologias, interpretações e abordagens que permitam sua constante renovação e adaptação a esse cenário complexo que, de forma incessante, desafia a área no atual cenário.

Ao longo dos trabalhos aqui publicados, é possível perceber, mais do que nunca, a presença das discussões no âmbito da pesquisa e do ensino, sinalizando a consolidação do motivo pela qual a REPARQ foi criada.

Agradecemos também aos apoios da CAPES, UFPA e Fadesp para a realização do evento.

Ao longo da leitura dos trabalhos convidamos todos a discussão, reflexão e aprimoramento das mais variadas questões em nosso campo de conhecimento.

Thiago Henrique Bragato Barros

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Universidade Federal do Pará

Novembro/2019

SUMÁRIO

A pesquisa na Arquivologia no século vinte e um

Análise de domínio: um estudo nos anais da Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ).....	9- 19
A identificação de funções e tipos documentais na Classificação de documentos de arquivo: o caso do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas/FIOCRUZ	20- 29
Classificação, descrição e indexação em arquivos: diferenças e aproximações possíveis	30- 40
Informação, documentos, arquivos e repositórios: mecanismos de difusão de conhecimentos para as inovações gerenciais nos sistemas de saúde	41- 48
Os arquivos pessoais na comunicação científica brasileira: um mapeamento dos encontros científicos nas áreas de Arquivologia e Ciência da Informação	49- 57
Inusitado, mas possível: estudo diplomático de recortes de jornal	58- 68
Competência em Informação e Arquivologia: Relato de pesquisa	69- 79
A Gestão do Conhecimento e a Informação Arquivística: possíveis interseções	80- 90
A nova morfologia da Arquivologia no século XXI: o microscópio da justiça social dos arquivos, responsabilidade e democracia	91- 96

Tendências da preservação eletrônica e digital

Diplomática Digital: uma nova abordagem?	98- 107
Identificando ligações entre o Records in Context e o Records Continuum: análise da multidimensionalidade comum aos modelos	108- 116

Gestão de documentos arquivísticos analógicos e digitais no âmbito público e privado

Recomendações para a implantação do sistema de arquivos da Universidade Federal do Rio de Janeiro	118- 127
Contribuições arquivísticas para a segurança do paciente	128- 135
Proteção aos documentos analógicos e digitais: a legislação e o caso do INSS	136- 146
A linguagem do indizível: contribuições para organização de acervos de dança	147- 156
Dimensões contextuais e requisitos que indicam a possibilidade de registro de informações pessoais nos documentos arquivísticos	157-172
Análise do Cenário Institucional e Arquivístico do Arquivo Público de Macaé: novas discussões para antigos problemas	173- 183

Instrumentos de classificação propostos pelo Conarq e pelo Senado Federal: uma análise comparativa a partir da produção documental	184- 194
--	-----------------

Memória, Patrimônio e Usuários na Arquivologia contemporânea

O ensino das disciplinas das áreas de Cultura, Memória e Patrimônio Cultural na Arquivologia: Um balanço de dez anos de experiência	196- 203
Arquivo e Educação: Diálogos e Possibilidades	204- 212
Presença de disciplinas sobre usuários nos cursos de Arquivologia brasileiros	213- 220

Questões contemporâneas de ensino na arquivologia brasileira

A Trajetória Histórico-Curricular do Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF)	222- 232
A formação do profissional Arquivista e o ensino do tratamento de documentos fotográficos em arquivos	233- 242
A Educação à Distância e o Ensino na Arquivologia: Possibilidades e desafios na graduação ...	243- 250
Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos: uma análise a partir da visão dos egressos	251- 260
O Ensino em Arquivologia na perspectiva da era digital: O caso do curso de Arquivologia da UFES	261- 269
Ensino, Pesquisa e Extensão na Graduação em Arquivologia: relato de experiência de projeto integrado	270- 278
(Re)pensar o currículo: a experiência de revisão curricular do curso de Arquivologia da UFMG..	279- 288
Perfil acadêmico dos integrantes do grupo de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (EPARQ) A Competência em Informação na Arquivologia: reflexões sob o enfoque da pesquisa.....	289- 303
A Competência em Informação na Arquivologia: reflexões sob o enfoque da pesquisa	304- 314
Ensinando Paleografia no Século XXI: um relato de experiência	315- 325

Tendências da preservação eletrônica e digital

Electronic and digital preservation trends

Identificando ligações entre o Records in Context e o Records Continuum: análise da multidimensionalidade comum aos modelos

Identifying connections between the Records in Context and the Records Continuum: analysis of the common multidimensionality of the models

Marcos Vinicius Bittencourt de Souza(1), María Manuela Moro-Cabero(2)

(1) Universidade Federal de Santa Maria. Av. Roraima, 1000. Prédio 48. 97105-900. Santa Maria – RS. marvin.souza@gmail.com (2) Universidad de Salamanca, Facultad de Traducción y Documentación, Departamento de Biblioteconomía y Documentación Francisco Vitoria, 6-16. 37008 Salamanca, España. moroca@usal.es

Resumo

O estabelecimento de um novo padrão internacional de descrição arquivística está em andamento, com iniciativa do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). Os padrões anteriores, ainda em vigência, definidos pelo CIA se caracterizam por serem unidimensionais e multinível, representado a hierarquia “todo-parte”, partindo-se do fundo até os documentos em si. O modelo conceitual *Records in Context* (RiC) permitirá a criação de um novo padrão de descrição, que tem como principal diferença o aspecto multidimensional ao permitir múltiplas ligações entre as entidades que representam o arquivo. Ao contrário da representação em árvore, tradicional dos modelos hierárquicos, o RiC é apresentado na forma de um grafo com as relações sendo as arestas que ligam os nós que, por sua vez, são as entidades do arquivo. O RiC ainda se encontra em fase de elaboração e conta com a contribuição da comunidade arquivística para a conclusão do seu texto final, no entanto, possui características em comum ao modelo de gestão documental *Records Continuum*, estabelecido na década de 1990. O presente artigo explora a interseção de conceitos e formas de tratamentos comuns entre o modelo de gestão documental e o novo modelo conceitual de descrição arquivística.

Palavras-chave: descrição arquivística, modelo conceitual, gestão de documentos, *Records Continuum*, *Records in Context*.

Abstract

The establishment of a new international standard of archival description is in course, with the International Council of Archives (ICA) initiative. The previous standards, still in use, defined by the ICA are characterized by being one-dimensional and multilevel, representing the hierarchy “whole-part”, starting from the fond to the records. The conceptual model *Records in Context* (RiC) will allow the creation of a new standard of archival description, whose main difference is the multidimensional aspect allowing multiple connections between the entities that represent the archive. Instead of the tree representation, traditional of the hierarchy models, the RiC is presented in a graph form with the relations being the edges that connect the nodes that, which in turn, are the archives entities. The RiC is still in the process of being elaborated and has the contribution of the archival community to complete its final text, however, it has characteristics the fits in the record management model *Records Continuum*, established in the 1990 decade. This article explores the intersection of concepts and the common ways of treatment between the record management model and the archival description conceptual model.

Keywords: archival description, conceptual model, record manager, Record Continuum, Records in Context.

1 Introdução

Em 2016, o Conselho Internacional de Arquivos (*International Council of Archives* - ICA) publicou o primeiro rascunho de um modelo conceitual para uma nova proposta de descrição arquivística, intitulado *Records in Context* (RiC). A ideia do ICA é estabelecer um novo padrão que incorpora uma nova visão da tarefa de descrição de arquivos ao mesmo tempo em que adiciona um certo grau de modernização dos seus padrões já existentes. Ainda que o objetivo seja tornar o RiC o novo padrão mundial, o próprio ICA reconhece a dificuldade inerente a esse processo, visto a heterogeneidade existente de culturas, métodos e teorias utilizadas pelos arquivistas (INTERNATIONAL COUNCIL OF ARCHIVES, 2016, p.1).

A primeira missão do ICA foi criar a unificação dos padrões ISAD(G), ISAAR, ISDF e ISDIAH, adicionando mudanças que expressavam os novos conceitos decorrentes das transformações observadas no meio arquivístico. O processo de construção do RiC, que visa estabelecer o novo padrão, envolve em primeiro momento a consulta à sociedade, profissionais de arquivo que trabalham diretamente com a descrição de arquivos e pesquisadores do tema. As opiniões recolhidas formarão o embasamento principal para a finalização do padrão aumentando as probabilidades de utilização pelas entidades e a sua implementação pelas principais ferramentas de *software* existentes.

O padrão ISAD(G), predecessor ao RiC, foi concebido em uma abordagem multinível unidimensional em que

os elementos de informação são organizados de maneira hierárquica, partindo-se do elemento mais amplo, o fundo, até o elemento mais específico que representa o documento. Essa metodologia, em geral é definida como a descrição do “todo-parte” (INTERNATIONAL COUNCIL OF ARCHIVES, 2000, p.12).

Em contraponto ao ISAD(G), o RiC tem como sua principal característica a abordagem multidimensional da descrição que por sua vez, incorpora ideias do modelo *Records Continuum* (RC) estabelecido por Frank Upward através de sua publicação dividida em duas partes (Upward, 1996; 1997). Segundo Sue McKemish (2001, p.334), o *Records Continuum* identifica que os documentos permanecem estáticos quanto à sua forma e conteúdo, porém estão imersos em um ambiente que muda constantemente, adicionando, inclusive, novas ligações entre os elementos que constituem o arquivo, enriquecendo o contexto à medida que o tempo passa.

O presente estudo visa identificar a intersecção de características entre a proposta do novo padrão RiC e a teoria australiana de gestão de documentos *Records Continuum*, estabelecida nos anos 1990. O estudo se caracteriza como de natureza descritiva, baseando-se na bibliografia publicada sobre os modelos e na análise das normativas empregadas na gestão e descrição arquivística. Para isso, é apresentada uma visão do modelo *Records Continuum*, as normas internacionais e as suas interações, chegando-se às conclusões finais.

2 Modelo *Records Continuum*

Baseado no surgimento e uso crescente de documentos digitais na década de 1990, a comunidade arquivística australiana, composta por profissionais da área e pesquisadores, iniciou os trabalhos para rever as práticas arquivísticas usadas até então. Como forma pioneira, a Austrália foi o primeiro país a publicar uma norma internacional para o gerenciamento de documentos (WILLIMOTT, 1999, p.3), através da série de padrões AS4390.1:1996, AS4390.2:1996 AS4390.3:1996 e AS4390.4:1996. Segundo o padrão, o modelo RC é definido, como:

“[...] um consistente e coerente regime de processos de gerenciamento desde o tempo de criação dos documentos (e antes da criação, no projeto de sistemas gerenciamento de documentos) até a preservação e uso dos documentos como memória.” (AS4390.1:1996, p.7, tradução nossa).

Após a sua ampla disseminação e discussões geradas pela publicação, os padrões australianos forneceram a base para o desenvolvimento da série de normas ISO15489-1:2001 e ISO15489-2:2001, que tratam sobre o gerenciamento de documentos. A última edição dessa norma, a ISO15489-1:2016, incorpora uma nova visão sobre o conceito *appraisal* (avaliação) como sendo um processo de avaliação sobre quais documentos devem ser criados e, principalmente, mantidos baseando-se na

análise das atividades desenvolvidas na organização e os potenciais riscos relacionados à não preservação dos mesmos para a continuidade das atividades da organização.

Para uma melhor compreensão do modelo RC, se faz necessário um estudo sobre a principal teoria a qual se contrapõe, a teoria das três idades. Ela estabelece uma analogia com o ciclo de vida biológico através de idades e fases bem delimitadas (FILHO, 2016, p. 52) prevendo um tratamento diferenciado dos documentos para cada fase. Bussel (2017) refere o uso atual corrente da teoria do ciclo de vida, ainda que com adaptações que refletem a realidade dos documentos nato-digitais.

Entre os principais autores que ajudaram a estabelecer a teoria das três idades, além de Schellenberg, considerado o pai da gestão dos documentos e da teoria, está o francês Yvez Pérotin que em sua obra traduzida para o inglês, “*Administration and the ‘three ages’ of archives*” (1966), conceitua cada fase do ciclo vital dos documentos, bem como o devido tratamento para cada uma delas.

A fase corrente é a primeira etapa do ciclo de vida do documento, quando o documento é criado e “nasce”. A principal característica dessa fase é a frequente demanda de uso e tramitação dos documentos. Nessa fase, geralmente os documentos são usados para a execução e documentação das tarefas os quais tratam e, em termos de armazenamento, são mantidos junto aos seus órgãos produtores (PEROTIN, 1966, p.369).

A fase intermediária ocorre após decorrida a fase corrente, sendo os documentos ainda necessários à instituição para a realização de suas atividades, porém com uso pouco frequente (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p.31). No caso dos documentos físicos, eles são transferidos dos órgãos produtores para outros órgãos centralizadores que os absorvem e realizam determinados procedimentos relativos à preservação. Para os documentos físicos, essa fase é crítica pois envolve a transferência dos documentos e, portanto, faz-se necessária uma preocupação de se manter a ordem e integridade dos documentos (PEROTIN, 1966, p.369). No caso dos documentos nato-digitais, o sistema de gerenciamento pode realizar rotinas de otimizações internas de indexação que reflitam a menor quantidade de acessos aos documentos (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p. 31).

Após transcorrido o prazo da fase intermediária, os documentos podem ter dois destinos: eliminação ou preservação. Os documentos com valor secundário, quando o valor do documento vai além da função para o qual foi produzido (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p.18), recebem o tratamento adequado e são incluídos na fase permanente para preservação. Tais documentos são mantidos devido ao seu valor histórico, probatório ou informativo. No caso

dos documentos físicos, devem ser realizadas rotinas que previnam a deterioração dos materiais. Quando se trata de documentos nato-digitais, esses devem ser recolhidos para Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq), sendo eles “fundamentais para assegurar a preservação, o acesso e a autenticidade de longo prazo dos materiais digitais” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2015, p. 8).

A principal justificativa para o uso das três idades seria o grande volume de documentos gerados, o que poderia inviabilizar o envolvimento especialista de arquivistas, podendo inclusive gerar atrasos na execução das atividades da instituição. Além disso, a eliminação dos documentos na fase intermediária gera uma menor demanda por espaço de armazenamento, uma vez que somente os documentos permanentes precisam ser mantidos.

Um dos reflexos do uso da teoria das três idades é que o documento enquanto está na fase corrente ou intermediária estaria sob os cuidados dos gerentes de documentos (*record managers*), geralmente pessoas e/ou sistemas de informação com foco no negócio da empresa ou instituição e, portanto, com muito pouco ou quase nenhum tratamento arquivístico. Somente após o recolhimento para a fase permanente é que os documentos receberiam atenção especial dos arquivistas.

Segundo McKemmish (2001), a teoria das três idades acaba por gerar uma separação dualista dos documentos, dividindo-os como documentos-como-evidência ou como documentos-como-memória. Em oposição, o modelo RC permite atribuir valor aos documentos desde o seu nascimento, não importando se eles serão usados por segundos ou durante a eternidade (Upward, 1997).

Entre as ideias estabelecidas pelo modelo RC está a aproximação dos papéis dos gerentes de documentos (*records managers*) e arquivistas, quando a visão existente na época era a de que os arquivistas se envolviam a fundo com os documentos de caráter histórico enquanto os gerentes de documentos interagiam com os documentos de caráter evidencial (MCKEMMISH, 2001).

Segundo Upward (1996), o papel do arquivista é fundamental na descrição dos documentos desde a sua gênese, adicionando informações a respeito do seu conteúdo e fornecendo detalhes sobre o seu contexto de criação. Para essa realização, fica evidente a preocupação e dedicação necessária dos arquivistas na fase de elaboração e projeto dos sistemas de gerenciamento de documentos digitais, ao estabelecer rotinas, muitas vezes automáticas, para a aquisição de informações que compõem o contexto dos documentos.

Como base central, o modelo RC está assentado sob quatro princípios, descritos por Upward (1996):

1. Conceito de arquivo inclusivo, não importando se os documentos possuem valor evidencial, transacional ou histórico, adotando-se tratamentos arquivísticos adequados sem distinguir se os documentos são mantidos por segundos ou mantidos para sempre;
2. Tratamento dos documentos como entidades lógicas e não físicas, adaptando-se muito bem à realidade dos documentos nato-digitais;
3. Disseminação do papel do arquivista nas instituições incluindo-o no mapeamento de processos e estabelecimento de rotinas dos sistemas de gerenciamento de documentos;
4. Utilização dos conceitos e teoremas do que o autor chama de “Ciência Arquivística”, referindo-se ao conhecimento necessário utilizado para a organização da informação nos sistemas de gerenciamento de documentos;

De uma forma geral, Frank Upward estabeleceu um modelo conceitual com que refletia a corrente de pensamento australiana da época à qual previa uma integração constante e ativa dos arquivistas na tomada de decisões e projeto de sistemas de gerenciamento de documentos. Essas interações entre as pessoas ligadas ao negócio, analistas de TI e arquivistas tendem a refletir mudanças nos sistemas de negócio, adotando-se as definições previstas em suas políticas de preservação digital transformando os sistemas em Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2015, p. 10).

De uma forma gráfica, a **Erro! Fonte de referência não encontrada.** apresenta o modelo conceitual desenvolvido por Upward (1996) com suas dimensões, eixos e coordenadas representando os conceitos envolvidos. O diagrama contempla os “[...] quatro maiores assuntos da gestão dos documentos: identidade, transacionalidade, evidencialidade e gerenciamento de documentos” (FLYNN, 2001, p. 82, tradução nossa).

Os círculos mais internos do diagrama caracterizam um aspecto mais singular ou específico enquanto os círculos mais externos caracterizam um aspecto mais plural e abrangente das entidades envolvidas. No eixo de identidade e dimensão de criação, por exemplo, o círculo mais interno se caracteriza pelo autor enquanto o círculo mais externo é representado pela instituição responsável pelo documento.

A primeira dimensão do diagrama, representada pelo círculo mais interno, se refere ao momento da criação dos dados ou documento. No eixo identidade, temos o(s) ator(es) executando uma transação (eixo transacionalidade), que pode ser materializada em um documento (eixo sistema de gerenciamento de arquivos

– *recordkeeping*) gerando um primeiro vestígio (eixo evidencialidade).

A segunda dimensão se refere à captura de informações. O documento gerado adquire aspectos arquivísticos, uma vez que documenta as atividades desenvolvidas (eixo transacionalidade) pelo ator, que está relacionado a uma unidade de trabalho (eixo identidade) gerando evidências (eixo evidencialidade).

Adicionalmente, a segunda dimensão representa a captura de elementos que contextualizam o documento. Esse procedimento é realizado através da captura de informações, preferencialmente de forma automatizada, do contexto ao qual o documento está inserido assim como relações com outros documentos anteriormente criados. Dessa forma, são recolhidos elementos que auxiliam na identificação da proveniência dos documentos. (FLYNN, 2001, p. 83).



Figura 1. Dimensões do modelo *Records in Context*. Fonte: FILHO, 2016, p. 141. Adaptado de Upward, 1996.

A terceira dimensão relaciona o documento criado e contextualizado com as funções da instituição. Nesse sentido, utiliza-se a ferramenta do Plano de Classificação de Documentos (PCD) que serve para relacionar os documentos criados pela instituição com as atividades desenvolvidas por ela (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2001, p. 9). Conforme o diagrama, essa dimensão tem forte relação com o sistema de gerenciamento de arquivos (*recordkeeping*) da instituição e representa a sua própria memória. A partir dessa dimensão, é possível caracterizar o documento como sendo um documento arquivístico, uma vez que ele contém elementos de contexto que inferem a sua proveniência além de ele já estar devidamente classificado na instituição. Para o caso de documentos digitais permanentes, os arquivos devem adotar ferramentas RDC-Arq para a preservação do seu patrimônio documental. Entre as soluções disponíveis atualmente está o software Archivematica que “[...] foi projetado para a preservação digital, visando o acesso de

documentos ostensivos e a preservação digital em longo prazo[...]” (Fontana et al, 2014, p.72).

A quarta dimensão se refere ao caráter plural que o documento adquire. Nesse momento, os documentos, que muitas vezes representam as evidências das atividades desenvolvidas pelos seus criadores são disponibilizados para consulta tanto para os membros da instituição à qual pertencem quanto para a comunidade em geral, tornando-os públicos. Para cumprir a tarefa de disponibilização do seu patrimônio documental, as instituições podem implantar uma integração entre os seus repositórios ou sistemas de negócio com plataformas de disseminação de documentos como, por exemplo, o software AtoM (ARTEFACTUAL SYSTEMS INC, 2019). Dessa forma, a memória da instituição permanece preservada ao mesmo tempo em que é publicizada.

Como o modelo RC se opõe ao modelo tradicional do ciclo de vida linear dos documentos, Upward (1996, p. 9) optou por representá-lo na forma circular e enfatiza que “as dimensões não representam fronteiras fixas, as coordenadas não estão invariavelmente presentes, e as situações podem acontecer simultaneamente através das dimensões [...]” (tradução nossa). Ao se interpretar essa afirmação, podemos inferir que os documentos podem estar em mais de uma dimensão ao mesmo tempo, apresentando, inclusive, aspectos evidenciais e históricos ao mesmo tempo.

3 Normas internacionais

O modelo *Records in Context* (RiC) apresenta uma série de ideias inovadoras em relação aos padrões internacionais atualmente em uso. Para uma melhor compreensão da sua abordagem e das novidades inseridas, faz-se necessário conhecer os detalhes sobre os principais padrões internacionais para a descrição arquivística.

3.1 ISAD(G)

No ano de 1994 a Comissão de Padrões Descritivos do Conselho Internacional de Arquivos (ICA-DDS) desenvolveu o ISAD(G) (*General International Standard Archival Description – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*) com o intuito de ser um padrão amplamente aceito e vastamente utilizado pelos profissionais arquivistas e arquivos mundiais. Já durante o lançamento da primeira versão do padrão, a comissão já previa um intervalo de cinco anos para novas revisões do padrão, que teve a sua segunda versão lançada em 1999 (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 1999).

O padrão ISAD(G), em sua segunda versão, possui sete principais elementos de descrição: área de identificação;

área de contextualização; área de conteúdo e estrutura; área de condições de acesso e uso; área de fontes relacionadas; área de notas, e; área de controle de descrição. Essas áreas possuem subelementos, totalizando 26, que servem para explicitar os detalhes sobre o assunto principal de cada área. Como a própria norma salienta, “esta norma estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11), entendendo-se que conforme o caso de cada instituição e norma nacional vigente, determinados elementos devem ser obrigatoriamente descritos conforme os padrões estabelecidos enquanto outros elementos podem ser tornados opcionais.

Um dos aspectos observados no ISAD(G) é a sua característica unidimensional multinível ou hierárquica, adotando o princípio de descrição do geral para o particular, também chamado princípio “todo-parte”. O ISAD(G) define as regras as serem observadas quando da descrição multinível a que faz uso (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 17):

- Descrição do geral para o particular: significa realizar a descrição de uma maneira mais geral para um nível mais amplo enquanto as especificidades são descritas nos seus subníveis;
- Informação relevante para o nível de descrição: significa descrever somente as informações pertinentes ao nível em questão, deixando os detalhes para os subníveis;
- Relação entre descrições: de forma hierárquica, representa a ligação de uma descrição com a sua superior;
- Não repetição da informação: visa diminuir a quantidade de informações desnecessárias ao evitar que se repitam informações já fornecidas em níveis mais amplos.

Llannes-Padrón e Pastor-Sanchez (2017, p. 3, tradução nossa) consideram “o princípio unidimensional baseado na descrição multinível [...] umas mais inovadoras propostas do final do século passado”. A abordagem multinível visa aplicar o conceito difundido como *Respect des Fonds* (Respeito aos fundos) que prevê o agrupamento dos arquivos produzidos ou recebidos sem misturá-los entre si. Dessa forma, descrevem-se primeiramente os fundos da instituição, seguidamente dos subfundos, seções, etc, até que se chegue à descrição dos documentos em si.

Como forma complementar ao ISAD(G), o Conselho Internacional de Arquivos desenvolveu mais três padrões utilizados para a descrição de autoridades e agentes, funções e entidades custodiadoras. A Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias

(ISAAR(CPF)) (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004) tem como foco principal fornecer elementos que auxiliam a descrição de entidades que produzem ou mantêm documentos.

Os elementos apresentados na ISAAR(CPF) permitem a descrição de elementos que contextualizam os agentes e instituições relacionadas ao seu arquivo. Os arquivos, por sua vez se beneficiam da adoção do padrão, pois em caso de necessidade de compartilhamento de documentos, por exemplo, as descrições podem ser reaproveitadas e complementadas entre si (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2004, p. 11).

A Norma Internacional para a Descrição de Funções (ISDF) (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2008) tem como missão estabelecer elementos de descrição relativos às funções atribuídas aos agentes de documentos como, por exemplo, autores ou ainda para descrever as atividades desempenhadas por uma determinada instituição relacionada com o documento. A norma destaca que “a descrição de funções exerce um papel vital na explicação da proveniência de documentos.” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2008, p. 11), significando que os elementos que descrevem as funções e/ou atividades auxiliam a construir o contexto do documento em qualquer das etapas da sua vida. Essa descrição, por sua vez, permite evidenciar os motivos que levaram os atores e/ou sistemas a realizar uma determinada ação sobre o documento, como por exemplo, a sua criação, tramitação, etc.

A terceira norma que complementa a ISAD(G) é a Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH) (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2008), que padroniza a forma como devem ser descritas as instituições arquivísticas com documentos sob sua custódia. A norma ISDIAH possui uma forte ligação com a norma ISAAR(CPF) uma vez que permite o relacionamento entre os agentes que interagem com os documentos e as instituições às quais pertencem, favorecendo, inclusive, a criação de pontos de acesso quando a instituição prevê a utilização de uma ferramenta de disseminação dos seus documentos (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2009, p. 11).

Com a publicação do padrão ISAD(G) e os seus padrões relacionados, o CIA obteve sucesso ao estabelecer um padrão internacional amplamente adotado, tendo inclusive sido adotado por *softwares* de descrição e disseminação de documentos. O seu conceito principal da descrição multinível, no entanto, acaba por trazer a consequência de permitir às entidades que somente estejam ligados a um nível superior. Embora essa abordagem permita uma organização hierárquica confortável à tarefa de descrição, ela acaba restringindo

uma contextualização mais ampla do patrimônio documental arquivístico das instituições.

4 *Records in Context (RiC)*

Em 2016, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) publicou a primeira versão do resultado dos trabalhos do *Experts Group on Archival Description* (Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística – EGAD), anteriormente *Committee on Best Practices and Standards* (Comitê de Padrões de Boas Práticas – CBPS), que teve a atribuição de desenvolver um novo padrão de descrição arquivística baseado nos princípios arquivísticos. Um modelo conceitual de descrição arquivística pode ser entendido como “a representação da realidade a partir de um alto nível de abstração no qual são identificados os tipos de entidades arquivísticas, suas relações e atributos” (COMISIÓN DE NORMAS ESPAÑOLAS DE DESCRIPCIÓN ARCHIVÍSTICA, 2017, p. 23)

Reconhecido pelo EGAD como sendo um “desafio assustador” (INTERNATIONAL COUNCIL OF ARCHIVES, 2016, p. 1), o estabelecimento de um novo padrão de descrição arquivística acaba por gerar impactos na comunidade caracterizada por sua heterogeneidade de linhas de pensamento e diferentes realidades práticas das instituições. O resultado desse trabalho é o documento “*Records in Contexts: A Conceptual Model for Archival Description*” (“*Records in Context: Modelo Conceitual para Descrição Arquivística*”) que modela a descrição arquivística através de entidades que representam os documentos, agentes, funções, etc, as relações que ligam as entidades e as propriedades inerentes às entidades e relações.

Paralelo ao desenvolvimento do modelo conceitual, o EGAD também desenvolve a ontologia correspondente ao modelo (RiC-O) que permite a realização da descrição dos documentos e a integração com sistemas informatizados, pois planeja ser disponibilizada em OWL (*Web Ontology Language* – Linguagem de Ontologia para a Web) e representada em RDF (*Resource Description Framework*).

Com o intuito de unificar as normas existentes e anteriormente estabelecidas pelo CIA (ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDIAH e ISDF), o RiC estabelece entidades e relações que cobrem os elementos de descrição presentes nas normas separadas. Tais entidades que possuíam normas específicas detalhando a sua descrição, agora estão reunidas sob um mesmo padrão o que tende a facilitar a compreensão e adoção pela comunidade arquivística. No RiC, as entidades “Documento” (*Record*), “Componente documental” (*Record Component*), “Conjunto documental” (*Record Set*) e “Forma documental” (*Documentary Form*) representam os elementos de descrição da norma ISAD(G), a entidade “Agente” (*Agent*) representa as

normas ISAAR(CPF) e ISDIAH. A norma ISDF está representada pelas entidades “Ocupação” (*Occupation*), “Posição” (*Position*), “Função” (*Function*), “Função abstrata” (*Function abstract*) e “Atividade” (*Activity*).

Entre os conceitos envolvidos na formulação das normas de descrição arquivística, está o Princípio da Proveniência, dividido em dois pilares: Respeito aos fundos (*Respect de fonds*) e Respeito pela ordem original. O conceito de Respeito aos fundos tem como objetivo o agrupamento dos documentos de acordo com o seu produtor, seja ele uma pessoa ou uma instituição, fornecendo evidências da existência de tais produtores e atividades desenvolvidas por eles (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2016, p. 4). O Respeito à ordem original trata sobre a manutenção dos documentos de acordo a sua ordem natural.

O conceito de Respeito aos fundos, embora considerado pétreo por alguns pesquisadores e profissionais arquivistas, por outros, é bastante questionado, pois dá ênfase ao agente que produz, acumula ou preserva os documentos, deixando de abranger a realidade atual na qual muitas vezes é difícil identificar a procedência de determinados documentos (LLANES-PADRÓN; MORO-CABERO 2017, p. 527). Expressando a preocupação sobre o mundo digital e a crescente produção de documentos, o modelo RiC expressa:

Tanto a emergência da edição colaborativa no ambiente digital em rede, que está criando muitos documentos com autoria complexa, quanto o uso de serviços de armazenamento remoto que não são totalmente controlados pelos usuários, levantam questões sobre a propriedade e custódia de tais documentos. Todas essas observações e outras levam à conclusão de que a proveniência é muito mais complexa que o antigo entendimento de fundos: um fundo não existe isoladamente, mas dentro de várias camadas interconectadas de contextos, passado, presente e futuro. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2016, p. 5, tradução nossa)

Uma das principais diferenças do RiC em relação aos seus padrões predecessores é a abordagem multidimensional, que permite expressar de uma maneira mais fidedigna à realidade dos arquivos. Para alcançar a multidimensionalidade, de uma forma gráfica, a descrição é representada através de um grafo, sendo os nós equivalentes às entidades com suas devidas propriedades e as arestas sendo as relações existentes entre as entidades, também com suas propriedades. Uma das tecnologias usadas para a representação dos grafos é a RDF, que descreve os nós e arestas como tuplas sujeito-predicado-objeto que permitem alcançar a natureza não hierárquica do modelo, ao invés das árvores tradicionalmente utilizadas para a representação hierárquica (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2016, p. 9).

Ainda que o modelo de descrição do RiC seja diferente dos seus anteriores, as descrições das entidades da

realidade arquivística, como fundos, subfundos, séries, etc, permanecem sendo realizadas, no entanto, o que diferencia o modelo é a possibilidade de uma reorganização das entidades para se adaptar à realidade em constante mudança.

Para Llanes-Padrón e Moro-Cabero (2017, p. 529, tradução nossa), a

[...] hierarquia não é determinante, mas sim as representações únicas baseadas em relações concisas entre entidades independentes que sejam capazes captar as diferenças e os complexos contextos de criação.

Como não há hierarquia entre as entidades, elas podem ser arranjadas através de múltiplas relações, sendo possível, inclusive que um determinado documento integre múltiplas séries, por exemplo. Ainda, como é possível relacionar entidades de diferentes arquivos, um fundo de uma instituição pode ser considerado um subfundo de uma outra instituição, promovendo o reuso de descrições e uma integração entre instituições. Mesmo que a hierarquia não seja o foco do RiC, ao não modelar subtipos das entidades, elas possuem a propriedade “tipo” que permite representar os subtipos que compõem a hierarquia presente no modelo ISAD(G), permitindo declarar que um *Record Set* representa um subfundo da instituição, por exemplo.

As ideias e conceitos presentes no modelo RiC torna evidente a preocupação com a modelagem e descrição do contexto que circunda os arquivos e seus componentes. Entre as entidades presentes no modelo, estão “Data/Período” (*Date*), “Lugar” (*Place*) e “Conceito/Coisa” (*Concept/Thing*) que permitem descrever o contexto através das propriedades de cada uma e relacionando-as com os documentos e demais entidades da descrição arquivística. Além disso, pensando-se na implementação prática do modelo, será possível conhecer os elementos do arquivo ao se navegar a partir de uma determinada data, por exemplo, agregando múltiplas formas de consulta ao patrimônio documental institucional ao mesmo tempo que a reutilização das entidades é estimulada.

Para que os conceitos estabelecidos no modelo RiC sejam utilizados na prática diária dos sistemas de gerenciamento de documentos e dos sistemas de preservação, após a conclusão do modelo será necessária a criação de um conjunto de metadados que registram as informações. A principal norma que rege a utilização e criação de metadados, é a ISO 23081-1:2006 que define que os metadados podem ser usados para “[...] identificar, autenticar e contextualizar documentos e pessoas, processos e sistemas que criam, mantêm e os usam [...]” (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 2006, p. 2).

Como resposta à proposta do padrão RiC, a comunidade arquivística forneceu reflexões a seu respeito. O projeto InterPARES Trust (INTERPARES TRUST, 2016)

relata que o processo adotado pelo CIA para a criação do novo padrão não foi amplamente divulgado e não possui membros que representam todos os continentes, enquanto alguns países europeus são representados por mais de um membro na comissão de estudos. Dessa forma, é possível que realidades distintas de descrição arquivística não estejam sendo atendidas pelo padrão. Para diminuir esse impacto na publicação da versão final do padrão, o projeto InterPARES Trust sugere que hajam mais discussões com a comunidade arquivística internacional, tornando o processo mais transparente, e que a comissão de estudos seja ampliada para agregar membros de países com características peculiares e práticas diferentes das europeias.

Como desenvolvedora dos softwares Archivematica e AtoM, a empresa Artefactual Systems Inc. elaborou as suas considerações a respeito do padrão proposto e o seu possível impacto no desenvolvimento e uso das suas ferramentas. Caso as instituições optem pela migração de padrão, esse processo pode ser dispendiosa e apresentar riscos de perda de dados caso esse processo não seja minuciosamente planejado e acompanhado por uma equipe técnica capacitada. Ainda, a empresa esclarece que o padrão carece de detalhes que embasarão as modificações necessárias em suas ferramentas, sugerindo a ampliação da discussão para o amadurecimento do modelo e, posteriormente, a criação de padrões internacionais que o regulamentem.

5 Semelhanças entre os modelos RC e RiC

Ao se analisar a proposta do novo padrão de descrição arquivística RiC elaborado pelo CIA, é possível notar uma grande atenção dispensada na modelagem dos dados do contexto que cercam os documentos e demais entidades do arquivo. O modelo se propõe a uma grande mudança na maneira como a descrição deve ser realizada pelos profissionais envolvidos, dada a diferença entre a metodologia multinível e unidimensional dos padrões anteriores (ainda em vigência), e a metodologia multidimensional presente no RiC.

Ainda que com propósitos distintos, é possível observar grandes semelhanças entre o modelo de descrição arquivística RiC e o modelo *Records Continuum*, voltado ao gerenciamento de documentos e proposto há mais de duas décadas. O modelo RC emprega na gestão documental uma visão de fluxo contínuo do ciclo de vida dos documentos, sem barreiras desde a sua criação até a sua eliminação ou preservação, mesmo que a duração entre a gênese do documento e a sua destinação final seja de segundos. Analisando-se as dimensões propostas por Upward (1996), pode-se traçar um paralelo da gestão documental com a descrição do contexto do RiC, sempre em evolução e construindo novos vínculos à medida que o arquivo necessita representar a realidade ao qual está inserido.

Da mesma forma que os documentos no RC permeiam as dimensões enquanto existem, novos dados de contexto são adquiridos e relacionados aos documentos, fornecendo meios que garantem a sua proveniência consolidando a sua presunção de autenticidade (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2012). No entanto, os sistemas de gerenciamento de documentos e sistemas de negócio devem ser (re-)modelados prevendo que os documentos já nasçam com a sua descrição arquivística elaborada para que essa prática não seja mais relegada à etapa de preservação dos documentos permanentes, tal como era a prática comum dos documentos analógicos. A partir dessa etapa e obedecendo-se os requisitos necessários descritos pelas normas vigentes, como por exemplo, o e-Arq (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011), as instituições rumam à utilização de SIGADs.

As semelhanças entre os modelos ainda explicita a grande necessidade da integração entre os profissionais de negócio, de Tecnologia da Informação (TI) e arquivistas. Dada a necessidade de se documentar o contexto, os profissionais arquivistas devem se envolver na modelagem dos processos de negócio da instituição a fim de detectar os documentos produzidos e utilizados identificando quais elementos do contexto devem ser recolhidos e armazenados. O público-alvo definido pelo RiC é a comunidade arquivística, no entanto, os seus autores deixam claro que “esperamos que o RiC seja de interesse de gerentes de documentos e que as práticas de descrição entre as duas comunidades de profissionais possam ser alinhadas” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2016, p. 2). O diálogo com os profissionais da TI fornece meios para o correto entendimento das etapas que o documento percorre, permitindo alterações necessárias nos sistemas de gerenciamento de arquivos para que esses desenvolvam meios, preferencialmente automáticos, de captura de informações do contexto.

A adoção de uma gestão documental baseada no modelo RC, tida por Costa Filho (2016) como sendo a mais adequada para a realidade dos documentos nato digitais, acompanhada da utilização da descrição arquivística RiC, leva a crer que os resultados dessa prática beneficiariam a implementação dos planos de gestão de documentos das instituições. No entanto, devido à natureza de proposta em elaboração do RiC, a partir da publicação de mais detalhes e a finalização do modelo, será possível investigar a forma como o fluxo de trabalho se dará nos arquivos e os impactos gerados pela sua adoção juntamente com a crescente demanda pela captura e armazenamento dos contextos dos documentos das instituições.

4 Conclusões

Como reconhecido pelo próprio CIA, o “desafio assustador” de estabelecer um novo padrão de descrição

arquivística mundial deve iniciar um longo processo de revisão das plataformas de preservação e acesso de documentos. O RiC, como modelo conceitual deve servir como base para a elaboração de novos conjuntos de metadados que expressem a sua principal característica de ser multidimensional. Mesmo após a conclusão do modelo, esse processo ainda deve levar tempo para que hajam proposições de metadados e que esses sejam, por fim, adotados pelos sistemas de descrição e plataformas de disseminação de documentos.

O CIA espera que o RiC esteja a altura dos desafios presentes na era digital, caracterizada, muitas vezes pela dificuldade na identificação dos criadores e autores, assim como a ausência da fisicalidade dos documentos. A possibilidade de uma modelagem elástica do contexto, quando pode ser estendido ou retraído, tende a fornecer meios para uma representação mais fidedigna da realidade atual.

A adoção do modelo RC ressalta a importância das informações do contexto o qual o documento esteve envolto durante a sua existência e, portanto, a sua preservação torna-se vital para que seja possível, a qualquer momento, a reprodução de um determinado instante da vida dos documentos. Uma análise mais específica dos principais RDC-Arq deve ser realizada futuramente a fim de se verificar a compatibilidade e tratamento do padrão RiC e preservação dos documentos com seus contextos adquiridos durante a gestão documental.

Referências

- ARTEFACTUAL SYSTEMS INC. AtoM: *open source archival description software*. Disponível em: <<https://www.accesstomemory.org/pt-br/>>. Acesso em: 10 julho 2019.
- BUSSEL, G. J. *The theoretical framework for the “Archive-As-Is”. An organization oriented view on archives. Part II. An exploration of the “Archive-As-Is” framework. Archives in Liquid Times*. ed. 1, p. 43-71. ISBN EAN 978-90-71251-45-0.
- COMISIÓN DE NORMAS ESPAÑOLAS DE DESCRIPCIÓN ARCHIVÍSTICA. *Vocabulario para la descripción archivística. Terminología y glosario técnico (NEDA-Voc)*. 2017.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G). Norma geral internacional de descrição arquivística. Segunda versão. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2000.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF). Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. Segunda edição. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2004.

- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDF. Norma internacional para a descrição de funções. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2008.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2009
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2001.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. E-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2011.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Rio de Janeiro, 2015.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Rio de Janeiro, 2012.
- INTERNATIONAL COUNCIL OF ARCHIVES. *Records in Context. A Conceptual Model for Archival Description. Consultation Draft*.v. 01, 2016.
- INTERPARES TRUST. *Comments on "Records in Context"*, 2016. Disponível em: <<https://interparestrust.com/2016/12/11/inter pares-trust-responds-to-egad-ric/>>. Acesso em 10 jul. 2019.
- FILHO, C. M. A. C. Possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante ao pós-custodialismo: o modelo australiano records continuum como instrumento de elucidação. 2016. 184f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- FILHO, C. M. A. C.; SOUSA, R. T. B. Compreendendo o Records Continuum: contextualização, objetivos e reflexões. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 34-60, 2017.
- FLYNN, S. J. A. *The Records Continuum Model in Context and its Implications for Archival Practice. Journal of the Society of Archivists*, v. 22, n. 1, 2001. ISSN 1465-3907. DOI: 10.1080/00379810120037522
- FONTANA, F. F. et al. Archivemática como ferramenta para acesso e preservação digital à longo prazo. *Ágora*, Florianópolis, v. 24, n. 48, 2014, p. 62-82. ISSN 0103-3557.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 15489-1: *Information and documentation – Records management. Part 1: general*. 2001.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 15489-1: *Information and documentation – Records management. Part 1: concepts and principles*. 2016.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 15489-2: *Information and documentation – Records management. Part 2: guidelines*. 2001.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 23081-1: *Information and documentation – Records management processes – Metadata for records. Part 1: principles*. 2006.
- LLANES-PADRÓN, D.; MORO-CABERO, M. *Records in Contexts: un nuevo modelo para la representación de la información archivística en el entorno de la web semántica. El profesional de la información*, v.26, n.3, p. 525-533, 2017.
- LLANES-PADRÓN, D.; PASTOR-SANCHEZ, J. A. *Records in Contexts: road of archives to semantic interoperability. Program*, v. 51, n. 4, p. 387-405, 2017
- MCKEMMISH, S. *Placing Records Continuum Theory and Practice. Archival Science* 1(4):333-359. 2001.
- PÉROTIN, Y. *Administration and the 'Three Ages' of Archives*. v. 29, n.3, p. 363-369, 1996.
- STANDARDS AUSTRALIA. *Records management general*. AS4390-1, 1996.